

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2012.
(Do Srº Zé Geraldo)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater questões referentes Contratos firmados no âmbito do mercado voluntário de carbono entre empresas internacionais e populações indígenas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater questões referentes a Contratos firmados entre empresas internacionais e populações indígenas.

Convidando o Ministério do Meio Ambiente, FUNAI, Ministério Público Federal e representantes dos Movimentos Sociais.

Sala das Comissões, em 14 de março de 2012.

Justificativa

A floresta Amazônica vem atraindo atenções de empresas

internacionais interessadas em firmar contratos referentes a projetos em REDD – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – e chegam ao Brasil em escala crescente. Isso requer um maior debate sobre o formato ambiental e jurídico que ocorrem as chamadas parcerias.

Na semana passada, encaminhei o Requerimento 1814/2012 solicitando à presidência da Casa que peça informações ao Senhor Ministro da Justiça sobre contratos firmados por comunidades indígenas com empresas estrangeiras no âmbito do mercado voluntário de carbono. Sobre os temas:

1. A identificação das etnias e das empresas com contratos celebrados, ou em negociação;
2. O valor de cada contrato; prazos, as especificações sobre os repasses de valores ou serviços pelas empresas; sobre as contrapartidas das comunidades indígenas; e ‘direitos’ de acesso às reservas concedidos às empresas;
3. A participação da FUNAI na orientação dos indígenas nessas negociações;
4. A avaliação sobre a juridicidade dos contratos e iniciativas eventualmente em curso para a denúncia dos mesmos pela União Federal.

Elaborei esse Requerimento, por tomar conhecimento de que empresa internacional de nome Celestial Green Ventures, da Irlanda, teria firmado contrato com o povo indígena Munduruku. É imprescindível que esses acordos, caso existam, sejam acompanhados com total transparência pelos órgãos de governo como FUNAI e Ministério do Meio Ambiente.

A Falta de mecanismos de fiscalização pode desenvolver problemas ao país. E pelo exposto, vê-se a justa e fundamental importância de se estabelecer a referida Audiência Pública.

ZÉ GERALDO
Deputado Federal PT/PA